



BRASIL AGORA

ANO II - Nº 55
23 DE FEVEREIRO A 9 DE MARÇO
DE 1994
CR\$ 600,00

*Efeito pierrô.
Revisão. Plano FHC.
Troca-troca no Congresso.*

MAS QUE ESCU- LHAM- BAÇÃO!



*F. Oliveira polemiza
com o PT.
Págs. 10 e 11*



*Quadrinhos do
Maringoni.
Pág. 16*

*O mundo esqueceu
a Somália.
Pág. 15*



*Maluf favorece
tubarões.
Pág. 4*



A Luta Continua I

No artigo das eleições no Sindicato dos Bancários de São Paulo, publicado no **Brasil Agora** nº 54, Sérgio Rosa afirma, que a vitória da Chapa 1 demonstra o respaldo da categoria ao trabalho realizado nos últimos três anos e diz que a campanha da chapa 2 confundiu-se com os ataques da direita.

Então, vejamos:

A atual diretoria contou durante sua gestão, com o benefício da máquina construída com o dinheiro de todos nós, bancários. Ela fez o sindicalismo de marketing, no qual as derrotas eram transformadas em vitórias (caso da política salarial para os bancos públicos); usou e abusou de todos os artifícios possíveis durante as eleições e fez 55,99% dos votos, perdendo ou ganhando apertado na maioria dos principais colégios eleitorais. A diretoria acabou mostrando que a máquina não substituiu a organização de base, totalmente abandonada nesta gestão.

Quanto à acusação de que a oposição ao fez coro com a direita, infelizmente esta é sempre a saída para os que se denominaram os "donos" da entidade e da CUT.

Gostaria de concordar com Sérgio Rosa, quando afirma: "que quando a esquerda elege outros setores da esquerda como alvo principal, o resultado só pode ser dos piores".

Foi isso que aconteceu nos últimos três anos. Ao invés de unificar e fortalecer a luta da categoria, se optou pela exclusão e difamação daqueles que pensam diferente. Estão aí as cem mil demissões e o arrocho salarial imposto aos bancários.

Lauro Borges
São Paulo, SP

A Luta Continua II

Na edição nº 54, na seção Diálogo, deste jornal, o Sr. Silvio Aragusuku questiona o artigo escrito por Celso Marcondes sobre a eleição do Sindicato dos Bancários de São Paulo e demonstra a sua visão sobre esta eleição, que embora tenha terminado continua provocando muita polêmica no PT, o que é positivo para discutir que tipo de partido queremos.

O Sr. Aragusuku inicia a carta afirmando que a oposição procurou a



DIÁLOGO

direção do sindicato, leia-se Articulação Sindical, por cinco vezes, tentando a formação de uma chapa única cutista. Fica a dúvida: porque queriam compor com a Articulação se passaram todo o processo eleitoral insinuando serem esses companheiros pelegos, traidores e corruptos? Todos os integrantes da Chapa 2 (inclusive o Sr. Aragusuku) estão sendo intimados judicialmente para provarem as acusações feitas contra os integrantes da Chapa 1.

Afirma ainda que não existiu democracia na constituição da comissão eleitoral e nem na entrega das listagens de votantes. É bom frisar que todos os prazos estatutários foram rigorosamente cumpridos, e que a comissão eleitoral, que dirigiu todo o processo, foi eleita em assembléia, enquanto que em grande parte dos sindicatos, o presidente é quem dirige o pleito. Existe mais democracia que em uma comissão eleita em assembléia?

E, finalmente, quem ganhou com esta eleição foi o PSTU, que deu toda linha política a Chapa 2, usando a tendência Hora da Verdade para atacar a Articulação Sindical, e conseqüentemente a CUT e o PT. Para os que duvidam basta olhar os jornais da chapa do PSTU que disputa a eleição do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, para verificar que a linha política que está sendo usada é praticamente a mesma de São Paulo.

Nelson Jandir Canesin
São Paulo, SP

Proteção Divina

João Alves deveria fundar uma nova religião. Com a quantidade de políticos que viraram beatos neste país ele iria fazer um tremendo sucesso e talvez até comprasse uma emissora de TV.

Collor encerrava os seus pronunciamentos com a famosa frase: "Deus há de nos ajudar". João Alves, todos se lembram, "ganhou" várias vezes na loteria com a ajuda de Deus; Antônio Carlos Magalhães, no meio do povo, lavou as escadas de uma igreja. E outros tantos que se convertem de última hora...

Até o ateu Fernando Henrique Cardoso, que perdeu a eleição em 1986 por não acreditar em Deus, evoca-o, agora a cada 5 minutos: "O plano dará

certo, com a ajuda de Deus".

Quase caí de costas, quando o vi no "Aqui e Agora" dizendo que acreditava em anjo da guarda. Só espero que ele não tenha o mesmo fim que tiveram o bispo Collor e o Papa João Alves I.

Afinal, se são tão religiosos deveriam saber que Deus teria dito: "Não usarás o meu nome em vão."

Que Deus nos proteja, delles!

José Cassio Masculo
São Paulo, SP

Livros Acessíveis

Devido ao alto custo dos livros, é quase impossível compra-los. Por este motivo, venho pedir ao **Brasil Agora** para entrar em entendimento com autores como por exemplo: Frei Beto, Wladimir Pomar e outros indispensáveis, para pedirem meu nome e de muita gente com pouco poder aquisitivo para que os seus livros sejam transformados em jornal, tipo tablóide.

Além de mais barato, acabará de vez com a idéia errada de que o livro só serve para embelezar estantes.

Roberto Pereira da Costa
Rio de Janeiro, RJ

Parceria Correta

O relatório final da CPI do Orçamento confirmou o pedido de cassação de 18 parlamentares e recomendou a investigação de mais 12. Dos 18, comprovadamente corruptos, todos pertencem a direita, são

conservadores tradicionais, mamadores das tetas do Poder Público e elementos nocivos aos interesses da classe trabalhadora. O PMDB participa com a maioria dos corruptos, depois o PTB, o PFL o PP e o PPR. Somente o PT, PDT e PSDB, escaparam, isso se levarmos em conta apenas os grandes partidos.

Quando o PT recomendou na sua convenção a coligação com o PSDB é porque vem acompanhando o procedimento dos tucanos, conhecendo o seu modo de agir e dentro da sua linha de conduta é parceiro certo para o PT.

Estes acontecimentos servirão para uma reflexão do eleitorado que poderá fazer um paralelo entre a falta de ética da direita conservadora e a seriedade da esquerda social.

Aí está a diferença: O PT, o PSDB e o PDT se comportaram muito bem e receberam do Congresso Nacional o atestado de boa conduta, enquanto os demais partidos não passaram pelo vestibular da honestidade.

J. Sérgio de Medeiros
Ituitaba, SP

Chama o Síndico

Todas as glórias à Caravana das Águas. Pois é, aqui no país do Carnaval as coisas vão de mau a pior, devido a ganância dos tucanos que infestam e manipulam o governo nada predestinado de Juiz de Fora.

Depois do milagre brasileiro e do Plano Cruzado vem aí mais um conto do vigário, o FHC 2. Me engana que eu gosto, e podem chamar o síndico também.

O fato é que não tem mesmo para onde correr. O jeito é ficar e lutar, mas não com essa farda. A minha vai ser confeccionada pelo Clodovil, tipo "guerra de gala". Porque não tem essa de verde oliva, não.

Fernando Costa de Paula
Petrópolis, RJ

BRASIL AGORA

Diretor: Markus Sokol - **Editor:** José Américo Dias - **Editor de Arte:** Pedro Lyrio - **Diagramação:** Fábio Lyrio - **Redação:** Antonio Martins, Flávio Aguiar, Hamilton Cardoso, Valtier Pomar, Adélia Chagas - **Sucursal Rio Grande do Sul:** Luciane Fagundes, José Luiz Lima e Marco Antônio Schuster. **Copidesque e Revisão:** - **Colaboradores:** Alan Rodrigues, Alípio Freire, Aloisio Morais, André Singer, Antonio Carlos Fon, Antonio Carlos de Queiroz, Clovis Castro, Bernardo Kudinski, Breno Altman, Carlos E. Carvalho, Celso Horta, Célio, Cintia Campos, Cláudio Schuster, Denise Neumann, Edmilson de Souza, Emir Sader, Eugênio Buccì, Fernando Estima, Fernando Paiva, Flamarion Maués, Flávia de Sampaio Leite, Flávio Loureiro, Flávio Pachali, Genaro Urso, Helio Silva, Ivan Seixas, Isaac Akcelrud, João Machado, José Rocha, Juan Pezzutto, Juarez Guimarães, Justino Pereira, Kipper, Linete Martins, Luscar, Manoel Alvarez, Márcia Braga, Márcia Moreira, Marco Aurélio Garcia, Marcos Soares, Maria Lúcia Brandão, Mario Augusto Jakobskikh, Maringoni, Marisa Mellani, Marisa Dias Costa, Mladalra, Milton Fogo, Nelson Rios, Nilmarí Miranda, Norma Suell O. Reis, Nora Napoli, Ohi, Pato, Patrícia Cornils, Paulo Barbosa, Paulo Roberto Ferreira, Paulo Zilbermann, Pedro Ortiz, Perseu Abramo, Raimundo Pereira, Rogério Soffili, Rui Falcão, Sérgio Canova, Sérgio Syster, Walter Ono, Wladimir Pomar. A opinião dos articulistas não reflete necessariamente a linha editorial do jornal.

Brasil Agora é uma publicação quinzenal da Editora Brasil Agora Ltda. - Alameda Gleite, 1409 - CEP 01215 - São Paulo (SP) Fones: 220-7718/223-0959 - Fax: (011) 222-7761 - **Administração:** Luiz Maler - **Assistente:** Ivanilda Alves - **Gerência Comercial:** Luiz Maler - **Circulação/Assinaturas:** Ana Maria Alves - **Banco de Dados:** Gilberto Genestra - **Coordenação de Vendas S.P.:** Milton Fogo - **Assinaturas:** Rio de Janeiro: Paulo Saldan (021) 242-0793, Fortaleza: José Vital (085) 252-1992, Porto Alegre: Taites da Rosa (051) 221-7733, Belo Horizonte: Rui Santana, José Maria R. de Souza Filho (091) 224-8579, Belo Horizonte: Antonio Borges (Cebola) (031) 222-3735, Florianópolis: Walney Churro (0482) 24-1148 - **Expedição:** João A. Gusvára - **Serviços Gerais:** Eliandora M. Ferreira, Fernando S. Siqueira, Lucilene B. Silva, Marcelo L. C. Pontes. **Impressão:** Diário de Mogi - **Distribuição:** Dinap S/A - **Itroagem desta edição:** 35.000 exemplares foram impressos no dia 23 de fevereiro de 1994. **Jornalista Responsável:** José Américo Dias

Assine já
LIGUE GRÁTIS
0800 - 11.1300

Assinatura 12 edições CR\$ 9.200,00 Assinatura para o exterior (semestral US\$ 30)
 Assinatura 25 edições (anual) CR\$ 15.400,00 Assinatura de apoio (anual) CR\$ 22.400,00

Preencha em letra de forma. Envie cheque nominal e cruzado à EDITORA BRASIL AGORA LTDA. Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP. - Fones: (011) 220 7718 / 223 0959

NOME:.....
ENDEREÇO.....
CIDADE.....UF.....
CEP.....FONE.....
PROFISSÃO.....
CARTÃO DE CRÉDITO: VISA CREDICARD AMERICAN EXPRESS
Nº.....VALIDADE.....



O Efeito Pierrô

A demissão de um ministro (por coincidência, o da Justiça) que se embriagou no Carnaval com uísque escocês solicitada por oficiais do Exército, o desvendamento, pela imprensa, da verdadeira profissão da paquera carnavalesca do Presidente Itamar (a falsa modelo, Lilian Ramos), e a troca-troca de cargos para aprovar o Plano Econômico de Fernando Henrique e tocar a Revisão Constitucional. Eis alguns fatos que marcaram os últimos dias da conjuntura brasileira.

Podemos colocá-los sob um prisma mais analítico. Manifestação da tutela militar, um presidente que caracteriza o vazio de poder e um ministro que maneja o fisiologismo dos cargos para aprovar os seus planos. Mas aí perderíamos o benefício da graça, sem a certeza de retratarmos melhor a crise do governo e das elites que ele procura avidamente atender.

O país aguarda a punição dos implicados na CPI do Orçamento, mas o governo e seus líderes no Congresso preferem insistir na Revisão Constitucional, ignorando a suspeição que pesa sobre parcela considerável de parlamentares, até porque as investigações livraram a barra de muita gente.

Seria muito bom se pudéssemos esperar as eleições de outubro e torcer por uma vitória de Lula. Mas, infelizmente, não poderá ser assim. O movimento social, os setores democráticos, o PT e seus aliados têm pela frente nas próximas semanas a tarefa de impedir que a Revisão Constitucional acabe com conquistas fundamentais de nosso povo, como o monopólio do Petróleo. E, ao mesmo tempo, opor-se decididamente ao Plano aventureiro de Fernando Henrique, que ameaça arrochar salários e permitir que os tubarões ganhem mais uma vez.

O Editor

NOVAS AMEAÇAS SOBRE PATENTES: DÁ PARA RESISTIR?

As pressões e ameaças do governo norte-americano, neste início de ano, trouxeram o assunto "patentes" de volta, para as páginas de negócios dos grandes jornais do País.

Desta vez, dizem, o prazo de 28 de fevereiro será fatal: se o Brasil não tiver uma nova lei de propriedade industrial em vigor até segunda-feira, vêm aí retaliações unilaterais dos EUA, contra exportações brasileiras, provavelmente incluindo calçados, suco de laranja, celulose, e, ou, outros itens.

Como já é certo, que o Congresso não terá uma nova lei aprovada até pelo menos o final de março, a curto prazo resta saber o caráter e a extensão das medidas retaliatórias a serem impostas. Em seguida, virão as reações dos setores exportadores eventualmente atingidos e, finalmente, alguma iniciativa das duas comissões do Senado Federal onde o projeto tramita desde julho de 1993, após a sua aprovação pela Câmara dos Deputados no dia 2 de junho.

Pode parecer estranho, mas, nem o governo Itamar nem o Senado Federal, emitem sinais de preocupação, frente ao esgotamento das negociações técnicas e diplomáticas em Washington sobre formas de evitar as retaliações norte-americanas. O Ministro, Celso Amorim, esteve em Washington no dia 16 para conversações com representantes da Casa Branca, e voltou sem resultados práticos, em boa medida já que caberá ao Senado americano dar a próxima palavra.

O Presidente do Senado, por outro lado, mostrou tranquilidade ao afirmar que cabe ao Governo, mais precisamente ao Ministério das Relações Exteriores, e não ao Legislativo, se manifestar sobre as ameaças de retaliações feitas pelo governo dos Estados Unidos, para apressar a aprovação da Lei de Patentes. Lucena acredita, que o Senado fará a sua parte votando o projeto até o final de março. Para isso, as duas comissões temáticas - terão que designar novos relatores para substituir o Senador Elcio Álvares (atualmente Ministro de Indústria e Comércio), receber e votar seus respectivos pareceres antes de qualquer votação no Plenário do Senado. Enquanto este processo não recomeça, o assunto está efetivamente parado nas comissões, nos bastidores e na própria assessoria técnica do Senado. Por outro lado, destaca-se, uma sensação política

bastante nítida sobre o clima no Senado para este projeto: os senadores estão cientes de seu caráter polêmico e de sua complexidade técnica e desejam ter a oportunidade de estudar e discutir bem antes de mandá-lo para votação.

Ao mesmo tempo, a grande imprensa escrita acompanha esta "pendência diplomática" discretamente, em seus cadernos de negócios e finanças, fora um ou outro, editorial expressando preocupações com o resultado negativo da pressão norte-americana. Para o Estadão (no 3 de fevereiro), a pressão "apenas servirá para que os nacionalistas de barba branca ganhem novo prestígio". Para o Correio Brasiliense (17 de fevereiro), por outro lado, pouco importa discutir se a proteção à propriedade intelectual na lei brasileira favorece a pirataria; está em causa apreciar a postura das partes no encaminhamento de uma solução.

Parece estarmos a anos-luz do primeiro semestre do ano passado, quando todos os lobbies oligopólicos e transnacionais aliados aos grandes meios de comunicação (capas de revista VEJA, quadros no Fantástico, etc.) se engalinhavam sobre a opinião pública e sobre a Câmara dos Deputados - isto simultaneamente ao lançamento público das primeiras ameaças norte-americanas de retaliações unilaterais contra a pauta nacional de exportações - para levar "no grito" uma discussão política e técnica onde as lideranças daquela Casa se encontravam totalmente confusas e desorientadas. E a votação na Câmara, no dia 2 de junho, sob forte clima emocional, terminou por aprovar quase todos os pontos exigidos pelos Estados Unidos.

Qualquer vaticínio sobre o resultado deste processo agora no Senado, talvez não precise ser tão tímido. Os senadores, sabem que vão ter que melhorar o projeto aprovado pelos deputados, e isto não vai agradar o governo norte-americano. Mas os senadores, em duas audiências públicas em novembro passado sobre o projeto, puderam constatar que haverá uma

densidade de forças sociais a apoiá-los, em qualquer decisão progressista que tomarem. O Brasil, de fato, é até agora o primeiro e único país da América Latina a levantar uma ampla oposição política à maioria das propostas contidas nesta onda de novas Leis de Propriedade Industrial enviadas por Washington, desde 1990, para os congressos periféricos. O governo também parece ter adotado uma postura mais madura do que há um ano, e agora argumenta que a nova lei, terá como parâmetro o novo GATT, em vez, da legislação dos Estados Unidos, a implicação básica, sendo que o País agora goza de um prazo de até o ano 2000 para começar a adaptar sua lei às normas do GATT, e até o ano 2005 para completar o processo.

Quanto às pressões norte-americanas, segundo o Ministro Celso Amorim, em depoimento sobre este projeto no Senado no dia 9 de novembro, qualquer efetivação das atuais ameaças obrigará o Brasil a solicitar a abertura de um painel técnico no GATT contra essas medidas discriminatórias ilegais. Alguns exportadores podem encerrar dificuldades, mas, muitos deles já repudiaram o papel de fazer lobby como refém de interesses que não são os próprios.

Na prática, será muito difícil votar este projeto no Senado nas próximas semanas ou até meses, principalmente, considerando a campanha eleitoral que se aproxima. O mais provável, é que este Congresso deixe o projeto das patentes para o próximo Congresso estudar melhor, com a calma necessária.

O autor: David Hathaway, economista, norte-americano de origem, vem acompanhando a evolução da lei das patentes no Congresso desde julho de 1991, representando principalmente entidades ambientalistas e de desenvolvimento social agrupadas no Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais. Colabora como membro do Fórum pela Liberdade do Uso do Conhecimento, que congrega mais algumas centenas de entidades sindicais, profissionais, científicos e sociais na luta contra esta lei.

MALUF É O ACM DE SÃO PAULO

Talvez, o prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, nunca tenha sido tão claro: "Antônio Carlos Magalhães é o meu projeto para o Brasil". A identificação é perfeita. Porém, enquanto a aliança presidencial entre PFL e PPR não se consolida os paulistanos convivem com a administração do tal competente engenheiro.

Em abril do ano passado, a revista **Veja SP** chamou a municipalização da gestão Luiza Erundina de "um acordo celebrado entre incompetentes e tubarões" e elogiava o novo acordo travado entre Maluf e os "donos dos ônibus". Tratava-se de um coro uníssono em favor da privatização da CMTC, a maior companhia de ônibus da América Latina. Tudo bem, todo mundo quer enxugar a máquina do Estado, mas quem acaba seco são os cofres públicos.

Depois de um ano, já é possível contabilizar os resultados. Como **Brasil Agora** denunciou, não se trata de um processo de privatização no molde da maioria das empresas. Na realidade, a licitação prevê a concessão de linhas e a uso das garagens pelos empresários. As dívidas, da companhia - dos encargos trabalhistas dos demitidos com décadas de casa e as despesas das garagens "privatizadas" continuarão onerando a prefeitura. "Até agora não existe sequer uma estimativa de quanto vai entrar em dinheiro nesta privatização", declarou a vereadora Tereza Lajollo (PT).

Mas, a assessoria da vereadora calculou o prejuízo: durante 1992, o investimento da Secretaria de Transportes foi de 414 milhões de dólares, a média da tarifa foi de 32 cents do



Passageiros se apertam nas linhas privatizadas

dólar, e a remuneração para os empresários ficou em torno de 46 cents do dólar. Já em 1993, o orçamento inicial previsto foi de 310 milhões de dólares, mas o desembolso real atingiu 484 milhões de dólares, a média da tarifa foi de 34 cents do dólar e o repasse para empresários foi de 46 cents.

Qual seria a explicação, para esse verdadeiro descontrole? "Os empresários operam nas linhas rentáveis e de menor percurso", analisa a vereadora.

O peso do prejuízo direto no bolso aparece no índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Fundação do Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da Universidade de São Paulo. O transporte foi o item campeão de reajuste (3.878%), e é o principal responsável pela inflação na cidade.

A população já deu seu parecer sobre o sistema adotado por Maluf. Uma pesquisa feita pela Associação Nacional de Transportes Públicos, divulgada no final de janeiro, mostrou que durante o último semestre de 1992, a qualidade do transporte atingia 60 pontos. No mesmo período em 1993, esse número despencou para 24. "Nada mais revelador do que essa pesquisa para avaliar a política de transporte do prefeito para a cidade", comentou, o ex-Secretário de Transportes, Lúcio Gregori.

A própria CMTC fez uma outra pesquisa entre os dias 18 e 21 de janeiro. Mais da metade dos 400 entrevistados sentiram problemas depois da substituição das linhas privatizadas. O índice de maior reclamação é a falta de ônibus: 25,9% dos pesquisados.

Juntando algumas informações é possível suspeitar que existem altos interesses em jogo, nessa privatização, principalmente pelos acordos em andamento. Na primeira fase foram substituídos 1000 ônibus. Os consórcios ganhadores foram o Alfa, ARC, Transkuba e Transdaotro. Cada consórcio tem em média três empresas. O detalhe notável fica por conta da participação do capital das empreiteiras em cada um desses consórcios - 99%. "As empresas de transporte entram com o nome somente para caracterizar a experiência operacional na área", explicou Lajollo. Mas qual seria a intenção das empreiteiras, para investir neste ramo? Como o secretário de Transportes garantiu, serão construídos mais corredores de ônibus. Não fica complicado imaginar a resposta. Vale ressaltar: são sempre os mesmos consórcios que participam na licitação, que conseguem um total controle na distribuição das linhas.

Por fora da raia há outra disputa: a entrada de ônibus da Volkswagen no mercado. Enquanto 90% da frota da CMTC é constituída por carros da Mercedes Bens, as vencedoras das licitações usam Volkswagen. O Presidente do Conselho Administrativo da CMTC, nomeado por Maluf

em 1993, Wolfgang Sauer faz parte da direção da Autolatina (Volks e Ford). Paradoxalmente, a Autolatina conseguiu um excelente desempenho em 1993, quando a produção nacional caiu para 18.133. Em 1992 foram feitos 23.571 veículo. A Autolatina fez 620 ônibus em 1992 e 1480, em 1993.

Pelo visto, a política de Maluf não beneficia só os "tubarões". O prefeito decretou, sem licitação, que 150 ônibus cobrissem as linhas, denominadas, por ele de "bairro a bairro". Os cadastros foram entregues às pessoas físicas e não jurídicas, como prevê a lei. "Entramos como uma ação judicial para contestar o decreto. Como será o controle desses clandestinos e porque permitir uns e não outros?", indagou Tereza Lajollo.

Os paulistanos convivem hoje com um tremendo risco de vida - uma frota de 3.000 ônibus clandestinos - o correspondente a 30% do transporte na capital - divididos em 40 cooperativas e autônomos. A secretaria de Transportes já foi intimada a passar as informações, mas nada fez. Além disso, Maluf retirou 57 linhas dos empresários e apresentou os clandestinos. "É a típica política demagógica, para os desempregados, permitindo desse jeito relações de compadrinho", finaliza, Tereza Lajollo.

Adélia Chagas

Demissões

O marketing de Maluf não vai durar muito tempo. O prefeito fez questão de pagar anúncios para prometer que a privatização da CMTC, não acarretaria o desemprego dos trabalhadores. Garantiu que 100% dos empregados seriam readmitidos pelas empresas particulares. Como, já era esperado, os números comprovam uma outra história. De janeiro a dezembro de 1993 foram demitidos, segundo a própria CMTC, 13.445 empregados. Em novembro de 1993, as empresas particulares empregavam 42.807. Em dezembro este número subiu apenas para 46.054.

"A contratação, por parte das empresas privadas, não chega a 40% dos trabalhadores. As garagens, anteriormente com 2000 funcionários, ficaram com 30 ou 40 empregados no máximo, depois da privatização", declarou o diretor de representação da CMTC, Alcides Araújo dos Santos.

Outro alvo de discriminação dos empresários são as mulheres. São despedidas e o requisito essencial para serem contratadas pelos empresários é terem feito a laqueadura ou estarem no período da pré-menopausa. Apesar, das promessas a CMTC não tomou qualquer iniciativa.

Outra promessa feita por Maluf, na época da privatização, foi a formação das cooperativas de trabalhadores, a proposta não consta sequer nos editais de licitação e não tem nenhum amparo legal. Uma garagem talvez funcione como cooperativa, a do Catumbi, mas não existe qualquer garantia. "É uma tentativa de neutralizar as denúncias para alegar que cumpre as promessas," concluiu a vereadora Tereza Lajollo.

Registro

No final de 1993, a CMTC da administração Maluf fechou um acordo que financia a União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). "O contrato foi feito sem consultar as bases do movimento estudantil", disse o petista Alberto Hamdfas, tesoureiro da UNE. Outros membros das direções das entidades não foram encontrados pela reportagem, mas fizeram questão de lançar um manifesto se eximindo de qualquer ligação política com o engenheiro prefeito. A polêmica é grande. E, em meio às polêmicas, há sempre fatos. Como dizem, contra fatos não há argumentos:

A - Antes, os alunos precisavam pagar o equivalente a 5 passagens para poder pagar meia na catraca.

B - Hoje, eles pagar as 5 de praxe para a CMTC e mais sete para a UNE ou UMES.

C - O PT e o PSTU votaram contra o acordo, mas são minoria nas entidades controladas pelo PC do B e MR8.

MORTES ANUNCIADAS

Número de crianças assassinadas aumenta no Brasil

À luz da manhã de 4 de março de 1987, Cláudio Aparecido de Moraes, 17, e Aluísio Cavalcanti Júnior, 18, foram presos por policiais militares, na zona leste da capital paulista. Os PMs decidiram levá-los para um terreno baldio no jardim Camargo Velho. Lá, pressionaram para que Aluísio confessasse ser o "Padre" - apelido do provável assassino do filho do cabo José Carvalho. Não houve confissão, mas o resultado do júri sumário foi imediato do mesmo jeito: Quatro PMs atiraram nos rapazes, que estavam deitados de barriga para cima. Aluísio levou dois tiros na cabeça e morreu na hora e Cláudio foi atingido no ombro e no lado esquerdo da cabeça. Certos da morte dos garotos, só restava esconder os corpos na divisa com Itaquaquecetuba, fora da jurisdição. Abandonaram o local com a certeza que Cláudio teria poucas horas de vida. Entretanto, o rapaz sobreviveu e denunciou o crime à Justiça, com o apoio defensores dos Direitos Humanos.

A acusação de homicídio teve de ir para a morosa Justiça Militar. Mas, como o Código Penal Militar não prevê a ocultação de cadáveres, o Centro de Defesa Santo Dias pode recorrer à Justiça Civil. Em 1992, os PMs foram condenados em primeira instância por esconder corpos, resta agora a ratificação na segunda instância. A Justiça Militar ainda ouve as testemunhas do caso.

Relatório

Este episódio é apenas um dos descritos pelo relatório *Final Justice*, lançado às vésperas do Carnaval, pela organização não Governamental de Defesa dos Direitos Humanos, Americas Watch. A divulgação no Brasil foi promovida pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Na conclusão das suas 120 páginas, os advogados norte-americanos pedem o fim da Justiça Militar, considerada parcial e

corporativista, como uma das formas de interromper o ciclo de impunidade e violência de policiais em serviço. Apóiam e pedem a urgência da aprovação do projeto de lei do deputado federal Hélio Bicudo.

O Americas Watch propõe também a desvinculação do Instituto Médico Legal das Secretarias da Segurança, pois hoje os IML não passam de um braço da polícia. Com mais independência, eles deixariam de reproduzir as versões oficiais e agiriam com mais rigor. A entidade sugere a criação de um programa de proteção das testemunhas e que o governo federal forme um grupo policial especial para reprimir os grupos de extermínio.

Em um mês a entidade pesquisou basicamente quatro estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pernambuco. Segundo *Final Justice*, o que se convencionou a chamar de morte de "crianças", é o assassinato de adolescentes negros do sexo masculino, entre 14 e 17 anos. Outra constatação é o perfil das vítimas: não são crianças de rua, criminosos ou ligados a gangues, mas apenas jovens pobres.

Números dramáticos

Em São Paulo, 76% das crianças assassinadas em 1991 estudavam ou trabalhavam. De 1988 a 1991, de acordo com estatísticas oficiais, foram assassinadas no Brasil, 5.644 crianças de 5 a 17 anos. Já em 1992, só no estado do Rio de Janeiro, 424 menores de 18 anos foram mortos - uma média de 35 por mês. No primeiro semestre de 1993, registrou-se 293 mortes no Rio.

A análise mostra que as mortes não são casos isolados ou ocasionais. Ao contrário, trata-se de um fenômeno sistemático e com alvos preferenciais: "esses assassinatos ocorrem porque as crianças e adolescentes pobres são encaradas como ameaças a serem eliminadas",



Policiais dão um tratamento de choque à infância

explica o Americas Watch. Mesmo verificando que a maioria dos autores são oficialmente desconhecidos, a preocupação central é com os policiais em serviço e com esquadrões da morte.

O destaque é pertinente e se choca frontalmente com os depoimentos de policiais. Eles insistem que as mortes são resultados de tiroteios. Nos vários casos levantados, os fatos se repetem: execução ou a força utilizada de forma excessiva. Já em relação aos grupos de extermínio, o documento, baseado no jornal carioca O Dia, de julho do ano passado, denuncia que só no Rio de Janeiro existem 68 grupos e um matador pode cobrar de 10 a 40 dólares, menos do que um programa de prostituição.

Oportunismo

Entretanto, se engana quem pensa que esses números foram suficientes para demonstrar o tamanho da impunidade e a necessidade de medidas imediatas. "Até os números oficiais são diferentes, se fala de 10 mil a 7 milhões de crianças de ruas, é preciso tomar cuidado para não deturpar a realidade com a manipulação de dados", contra-atacou o Secretário de Justiça de São Paulo, Antônio Meyer, presente no lançamento do *Final Justice*.

"É uma realidade que só não

vê quem não quer", declarou uma das fundadoras e pesquisadora do Núcleo de Violência da Universidade, Miriam Mesquita. A professora também comentou a chacina da Candelária (RJ), onde 7 crianças foram executadas em julho do ano passado: "Sem dúvida a repercussão foi pelo fato de ter sobrado uma testemunha e o número ter chocado". Aproveitou para fazer uma comparação com a pesquisa de realizada em 1990 pelo Núcleo, na qual se constatou que a cada oito horas uma criança era morta na capital, e em 88,3% dos casos a arma utilizada era de fogo. Os assassinos atingiam principalmente os órgãos vitais, com a clara intenção de matar, e em 70,3% dos casos os motivos simplesmente eram ignorados. "Não tenho ainda o número exato, mas a quantidade de mortes está em crescimento", disse Miriam.

Mas o coronel da Polícia Militar paulista, Hermes Bittencourt não concorda com os fatos retratados pelos norte-americanos. Irritado, ele foi taxativo: "Somos os únicos que ficamos expostos o dia todo, debaixo de sol e chuva, como as crianças, e o nosso objetivo é protegê-las. Não admito a versão de uma perseguição institucionalizada"

Adélia Chagas

Avançado, somente no papel

O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma das legislações mais avançadas do mundo, na opinião do Americas Watch. Em alguns casos, porém, a aplicação da lei é questionável. A cidade de São Paulo é um exemplo real. O Estatuto prevê a criação de Conselhos Tutelares para zelar pelas crianças, inclusive infratoras, com até 12 anos e verificar à aplicação do Estatuto. Na capital paulista, são 20 Conselhos e os seus 100 conselheiros foram eleitos

pela população, em 1992.

Atualmente, apenas 18 deles estão funcionando e ainda assim, precariamente. Para o Padre Júlio Lancelotti, da Pastoral da Criança de São Paulo, Maluf quer acabar com o projeto. "Muitos conselheiros já renunciaram porque não têm condições básicas para trabalhar".

Os conselhos não receberam nem mesmo sede e tem usado capelas. Os funcionários públicos devem ser licenciados para se dedicar às crianças.

Entretanto, a maioria deles acumulam as duas funções. Outro aspecto revelador da clara intenção de Maluf de destruir os Conselhos é o salário dos responsáveis. O pagamento de cada conselheiro estabelecido pelo conselho tutelar foi de seis pisos de nível superior (NS1). Mas eles recebem apenas um piso e meio e (CR\$ 85.000,00) sempre pagos com atraso.

Os conselheiros tentaram chamar à atenção da opinião pública sobre as suas dificuldades através da imprensa.

"O que aconteceu foi a formação de um cerco, quase nada foi divulgado", declarou o assessor dos Conselhos Municipais, Joaquim Urias Sobrinho.

A Comissão de Conselhos Tutelares entrou com na Justiça para pedir as condições necessárias para o trabalho ser desenvolvido. Ainda sem resultados. "Tudo indica o Estatuto da Criança e do Adolescente não passa de um amontado de leis para não serem cumpridas", disse Urias.

SUCESSO PETISTA NO INTERIOR BAIANO

A cidade, administrada pelo prefeito Geraldo Simões, se recupera de seus graves problemas, em apenas 14 meses de gestão.

Em 1989, muita gente responsabilizou as prefeituras administradas pelo PT, particularmente no Estado de São Paulo, pela derrota de Lula.

Este ano, se é verdade que a gestão municipal influenciou no resultado presidencial, Lula vai ganhar !!! Ao menos em Itabuna(BA), onde as pesquisas conferem de 60% a 70% de aprovação para o trabalho da prefeitura, dirigida por Geraldo Simões, eleito pela coligação PT-PSB.

Itabuna tem cerca de 230 mil habitantes, 110 mil eleitores. Geraldo Simões venceu as eleições com aproximadamente 30% dos votos válidos. Em compensação, a coligação elegeu apenas 1 vereador, também petista. Há também 1 pedetista, 2 do PC do B e 4 eleitos por uma coligação encabeçada pelos tucanos.

Terceira maior cidade do Estado - depois de Salvador e Feira de Santana -, Itabuna apresenta graves

problemas urbanos e sociais. Grande número de ruas não tem pavimentação. Quando Simões tomou posse, apenas 30% das residências era servida por esgoto; boa parte do qual era despejado, sem tratamento, no rio Cachoeira, que atravessa a cidade e do qual depende - para banho, água e alimento - pelo menos 10% dos Itabunenses.

A crise da economia cacauieira - principal produto da região - ampliou os efeitos da recessão nacional, sobrecarregando a administração. Literalmente: todo dia, dezenas de pessoas - homens, mulheres e crianças, muitas de colo - apinham-se na escadaria que leva ao Gabinete do Prefeito, geralmente em busca de remédios ou passagens.

Novos Tempos

Quatorze meses depois da posse da nova administração, estes problemas - entre tantos outros - persistem. Mas o balanço da

primeira metade da gestão petista em Itabuna é positivo, segundo Geraldo Simões e seu secretário de governo, Josias de Souza.

O motivo é visível nas ruas: Simões e seu governo parecem ser muito queridos pela população. As razões, várias. A implantação do esgoto condominial. As trezentas famílias assentadas, numa mini-reforma agrária municipal. A ampliação do atendimento na Fundação Sítio do Menor (ver box). As 13 casas já entregues e as 53 previstas, à famílias de baixa-renda. A pontualidade no pagamento dos funcionários públicos além, de pavimentação de ruas, às vezes intransitáveis, que só conheciam terra batida e pedregulhos (inclusive em bairros considerados "nobres"). O embelezamento da cidade. O fortalecimento do comércio local, onde a prefeitura faz a maior parte de suas compras, e agora honrando seus compromissos.

A tarifa de ônibus, mais barata (quando o PT assumiu, 1 salário mínimo comprava 134 passagens; hoje compra 400 passagens), com mais linhas e mais ônibus. O orçamento participativo. E, para não esquecer o lado lúdico, o Carnaval.

Sim: o Carnaval de Itabuna virou uma das principais realizações da prefeitura, virando destaque, até mesmo, no Jornal Nacional e Fantástico.

Futuro

Problemas? Inúmeros. Lentidão em executar obras, provocando desgaste em vários bairros. A saúde, que contrariando a tradição na maioria das prefeituras petistas, não é uma das prioridades do governo de Itabuna (as prioridades são cinco: Educação; honestidade; participação popular; Itabuna como pólo regional; embelezamento da cidade). A política de comunicação, muito acanhada, fazendo alguns secretários municipais afirmarem que o governo está na clandestinidade.

Apesar destes e de outros problemas, o governo de Geraldo Simões, é elogiado, até pelos adversários. Que se surpreendem, ao descobrir, que o governo faz o que faz sem verbas estaduais ou federais, e com uma arrecadação menor do que a do ano anterior, devido a crise. Diante disso, ninguém deve estranhar, que o nome de Geraldo Simões já circule como possível candidato a governador. Em 1998, bem entendido.

Apoio à criança

Quando assumiu o governo, Geraldo Simões, encontrou a Fundação Sítio do Menor Trabalhador em situação bem precária, atendendo apenas 172 crianças. Quatorze meses depois, os cinco sítios atendem 1700 crianças.

Brasil Agora, visitou um dos sítios, a Escola Yolanda Pires, feita com recursos do BNDES. A escola fornece ensino técnico e profissionalizante a crianças que, em sua maioria, moram num bairro próximo, muito pobre, o Nova Ferrada.

Os alunos aprendem técnicas de olaria, horta, manicure, tapeçaria, corte-costura. Futuramente, as crianças vão trabalhar, também, com plantas ornamentais e beneficiamento de frutas. Mas a prefeitura pretende capacitar os alunos em atividades do setor secundário e terciário: "Filho de po-

bre também tem direito a ter outras ocupações", Diz o secretário de governo, Josias de Souza.

Outro projeto da prefeitura é ampliar a produção de hortifrutigranjeiros, visando "municipalizar" o abastecimento da cidade. Nesta mesma linha, hoje, os sítios já fornecem os pães da merenda escolar da rede municipal.

As crianças que frequentam as escolas da Fundação têm entre 9 e 17 anos. A seleção é feita por 10 agentes comunitários, dois por sítio. A evasão é baixa, entre outros motivos porque os sítios oferecem três refeições diárias. Mas a repetência é alta. Por isto, a prefeitura está investindo na qualificação dos professores: "têm de ser os de melhor qualificação, porque são alunos excepcionais".



Esse cartaz, assinado pelo PT em apoio à Campanha Contra a Fome recebeu no mês de janeiro, em Salvador, o prêmio "Outdoor do Ano" - Conferido pela Associação Brasileira das Agências de Propaganda. Essa é a primeira premiação recebida por uma peça veiculada em apoio à campanha comandada por Betinho. A confecção do cartaz foi uma iniciativa do prefeito de Itabuna e patrocinada pelos militantes daquela cidade.

PT analisa governo Lídice da Mata

No final de janeiro, o Diretório Nacional do PT de Salvador produziu uma avaliação do governo Lídice da Mata (PSDB). Antes mesmo que o documento fosse formalmente aprovado pelo partido, a prefeita atacou publicamente uma versão preliminar. Acabou obtendo o resultado oposto ao que pretendia: as lideranças petistas protestaram contra a falta de ética de criticar publicamente um documento interno, e outros partidos que integram o governo Lídice (PPS, PV, PSB) divulgaram documento concordando, em linhas gerais, com a avaliação feita pelo PT.

Os principais trechos do documento de avaliação são o seguinte: "O PT se sente responsável, diante do povo de Salvador, dos partidos que integram a frente que elegeu Lídice e da própria prefeita, em contribuir para a correção dos rumos da administração. Cabe frisar que este

texto é uma avaliação inicial, que busca aprofundar, com avaliações específicas no decurso dos debates".

"Ao fazer um balanço dos 100 dias do governo Lídice, já pontuávamos um conjunto de contradições políticas que tinham como resultado, principalmente, a ausência de um perfil administrativo da gestão. A dispersão das forças que participaram da Frente Popular, a incorporação de outras forças de natureza conservadora e o processo de centralização empreendido pelo núcleo central do Governo eram os indicativos mais explícitos de que esse modelo dificultaria a implementação de um governo democrático e popular".

"Ao longo de uma ano de gestão, o governo não foi capaz de realizar uma estratégia política para governar a cidade atendendo aos interesses da maioria".

"Mesmo com avanços setoriais, como por exemplo a melhoria na

limpeza e conservação da cidade, o relacionamento com os sindicatos de servidores e a política tributária, particularmente o IPTU, o atual governo não vem correspondendo à trajetória política de esquerda majoritária em sua composição. Sua prática administrativa não tem demonstrado a vontade necessária para romper com o modelo conservador".

"A gestão Lídice da Mata deixou-se levar pelo pragmatismo e por respostas tímidas e pontuais às carências da cidade. Em várias questões decisivas, optou pela reprodução de métodos convencionais, provocando na população um sentimento de apatia, desânimo e rejeição à administração".

"A política de alianças com segmentos conservadores, levada a efeito ainda no 2º turno das eleições, se ampliou. Hoje fazem parte da administração colaboradores expressivos do ex-prefeito Fernando José".

"No plano da sucessão estadual, o núcleo de poder da prefeitura aderiu a pré candidatura de Jutahy Magalhães (PSDB) ao governo estadual e não tem conseguido separar as iniciativas políticas e administrativas da campanha para o fortalecimento desta candidatura. Verifica-se, assim, uma confissão entre a militante do PSDB e a prefeita de Salvador, distanciando-se do compromisso de que a gestão não incorporaria candidaturas."

"O PT reafirma a sua posição de independência em relação ao governo Lídice. Principalmente pela trajetória de componentes desse governo, acreditam que ainda é tempo de corrigir os rumos da administração. Sanar os erros apontados e ser sensível aos anseios de mudança da população. O PT conclama a administração, os partidos que a compõem e a população de Salvador e fazer uma avaliação pública do primeiro ano dessa experiência."

DESCONTO ESPECIAL PARA OS LEITORES DO BRASIL AGORA

FRONTEIRAS DE SANGUE

A saga de Chico Mendes
de Javier Moro

Um romance-reportagem sobre a epopéia da Amazônia moderna e seus personagens. Baseado em fatos reais, conta — a partir da vida e morte de Chico Mendes — a história de colonizações, os conflitos, os dramas da região. Com mais de 30 mil exemplares vendidos na Espanha, além de edições para Argentina, México e França, *Fronteiras de sangue* é um marco literário e de investigação sobre a Amazônia.

Durante mais de três anos, o autor morou entre índios, fazendeiros, padres e pistoleiros. Chegou à região no dia do enterro de Chico Mendes, e dedicou-se, a partir de então, a pesquisar e escrever sobre a morte anunciada do líder seringueiro e os povos da floresta.

É uma obra obrigatória para quem quer entender o problema amazônico e os grandes conflitos que marcam o Brasil neste século. Um livro útil, sábio e um inesquecível romance.



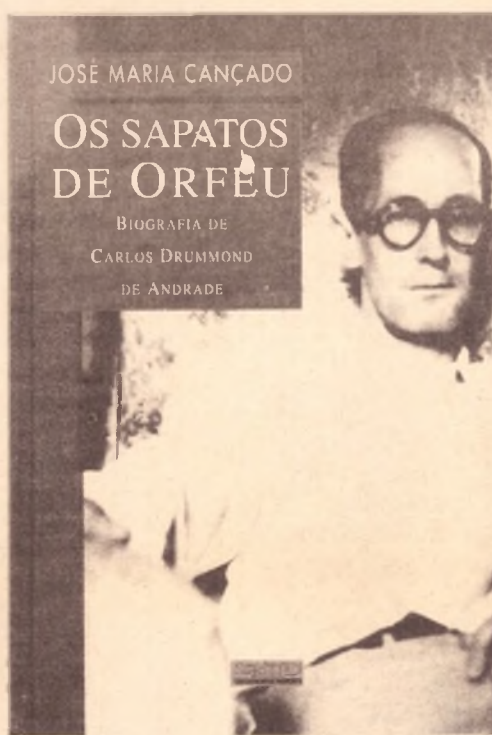
FAVELA HIGH-TECH

de Marco Lacerda

Uma modelo brasileira e um jovem americano milionário vão tentar a sorte na terra do sol nascente e do esplendor econômico. Arriscam-se. Acabam caindo na vida e encontrando a morte. *Favela high-tech*, romance-reportagem, é uma fascinante aventura no submundo japonês, a revelação de um modo de vida e de uma sociedade escondidos pelo culto à eficiência e à produtividade.

Um casal de imigrantes envolve-se com a *yakuza* — a grande organização criminosa — e o *underground* narco-sexual. E cada passo de sua tensa história vai desvendando uma realidade jamais apresentada nos inúmeros *papers* e ensaios sobre o Japão.

Marco Lacerda, com a verve dos bons romancistas de suspense, fez de uma reportagem espetacular a matéria-prima de um livro instigante. Daqueles que a gente lê de uma sentada.



OS SAPATOS DE ORFEU

Biografia de Carlos Drummond de Andrade
de José Maria Cançado

A primeira biografia de Carlos Drummond de Andrade, o poeta maior. Duros anos de pesquisa, mais de uma centena de entrevistas — e José Maria Cançado apresenta aos leitores uma obra invulgar: *Os sapatos de Orfeu*.

Uma narrativa emocionante, riqueza de informações, um retrato acurado. *Os sapatos de Orfeu* conta a trajetória de um homem a altura de seu tempo, dos sonhos de seu tempo, das angústias de seu tempo.

Que aqui não se busque apologias, elogios fáceis, um amontoado de histórias picantes: *Os sapatos de Orfeu* é uma biografia de corpo inteiro, destas que não se esquece na estante, tomada pela poeira.

É um livro que não pode deixar de ser lido por quem ainda carrega nas mãos o sentimento do mundo.



Faça já o seu pedido

Sim. Quero receber os seguintes exemplares abaixo relacionados:

quantidade	título	preço com 20% de desconto	total
_____	Fronteiras de sangue	CR\$ 12.800,00	CR\$ _____
_____	Os sapatos de Orfeu	CR\$ 14.160,00	CR\$ _____
_____	Favela high-tech	CR\$ 6.960,00	CR\$ _____

Sim. Quero receber gratuitamente o boletim Scritta Informa.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ UF: _____

Preencha em letra de forma. Envie cheque nominal e cruzado à Editora Página Aberta Ltda. Rua Dona Germaine Burchard, 286 — Perdizes — São Paulo — SP — cep 05002-061 — Fone: (011) 262-1155. Preços válidos até 28 de fevereiro de 1994. PEDIDOS TAMBÉM PELO FAX (011) 804-9320.

“É DANDO QUE SE REVISA”

Para aprovar o plano econômico e desempacotar a revisão, a direita e FHC apelam para o fisiologismo

Em 21 de fevereiro, quando faltavam dois dias para a votação que selaria os destinos do Fundo Social de Emergência - FSE - e poderia viabilizar o “Plano FHC-2”, o presidente da Câmara dos Deputados fez declarações eufóricas. Inocêncio de Oliveira previu um “quorum extraordinário” na sessão que deliberaria sobre o Fundo. E acrescentou: a aprovação seria o estopim que faria deslançar de vez a revisão constitucional.

Ao menos o acerto da segunda previsão era extremamente duvidoso. Mas é inegável: a semana posterior ao Carnaval registrou uma nova ofensiva das forças conservadoras em favor do plano econômico e da revisão constitucional. Em torno do movimento uniram-se, dessa vez sem disfarces, a equipe do ministro Fernando Henrique Cardoso e partidos como o PPR e o PFL. Interessado em preservar a todo custo suas chances na disputa presidencial, FHC fez concessões evidentes à direita. Além disso, ou aderiu ativamente ou ao menos fechou os olhos diante do festival de fisiologismo armado para tentar aprovar o FSE.

A primeira grande iniciativa desfechada pelos conservadores no dia 21 foi uma reunião no Palácio do Planalto, convocada para pôr fim à rebelião do PMDB contra o plano econômico. Auxiliado por seu líder na Câmara, Luís Carlos Santos, o presidente Itamar Franco procurou “convencer” o presidente desse partido, Luiz Henrique, a aprovar sem ressalvas a emenda que criava o Fundo Social de Emergência.

O PREÇO DO PMDB

Nos dias anteriores as bancadas peemedebistas no Congresso haviam se insubordinado. Elas estavam cada vez menos dispostas a apoiar os itens da emenda que eliminam conquistas históricas das forças democráticas, como a garantia de que percentuais mínimos da receita de impostos serão aplicados em Educação e Habitação. O deputado Luís Carlos Santos foi direto ao assunto. Propôs que, para sossegar o PMDB e garantir seu apoio integral ao FSE, Itamar entregasse ao partido o ministério da Integração Regional.



Fernando Henrique

Setores do governo que os jornais diários chamam de “políticos” propunham uma alternativa diferente, mas pelo menos tão fisiológica quanto a primeira. Itamar entregaria a Integração Regional ao senador Beni Veras (PSDB-CE), que já teria sido convidado para o cargo, e daria ao PMDB as Minas e Energia e as Comunicações.

Enquanto Itamar barganhava ministérios, no Congresso Nacional agiam o relator da revisão constitucional, deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) e os presidentes da Câmara e do Senado. O objetivo, também aqui, era conquistar os votos decisivos do PMDB. Jobim voltou a lançar ataques contra seu próprio partido, e em especial contra a possibilidade da legenda firmar com os “contras” um acordo para estabelecer uma “agenda máxima” para a revisão. Frequentemente lembrada nos dias anteriores, a hipótese implicaria em encerrar a reforma da Carta pouco depois de aprovado o FSE. Dessa forma o governo teria

condições de aplicar seu “programa econômico”. Itens considerados estratégicos pelos conservadores, como a quebra dos monopólios estatais, ficariam no entanto, excluídos.

A AMEAÇA DO PPR

“O PMDB, como maior partido do Congresso, tem que assumir o controle da revisão. O líder do partido precisa mostrar que apóia o processo”, provocou Jobim. Quase em coro com ele falou o líder do PPR na Câmara, deputado Marcelino Romano. Para reforçar ainda mais amea-



ças que o partido vinha fazendo desde antes do Carnaval, ele alertou que as bancadas peerristas poderiam obstruir a votação do FSE, indispensável para o governo.

Dessa vez, no entanto, Romano esclareceu os reais objetivos da ameaça. Ao contrário do que ocorreria até então, quando o PPR também se dizia interessado em preservar as verbas para Educação e Habitação, o líder do partido revelou que buscava em verdade um acordo mais amplo em favor da própria revisão. Romano disse temer que o PMDB chegasse a um acordo com os “contras”, ou que simplesmente se desinteressasse dos demais itens da reforma da Carta, uma vez aprovado o FSE. Queria, portanto, “garantias” de que os trabalhos prosseguiriam, e seria possível votar em especial a entrega da Petrobrás e da Eletrobrás para grupos privados.

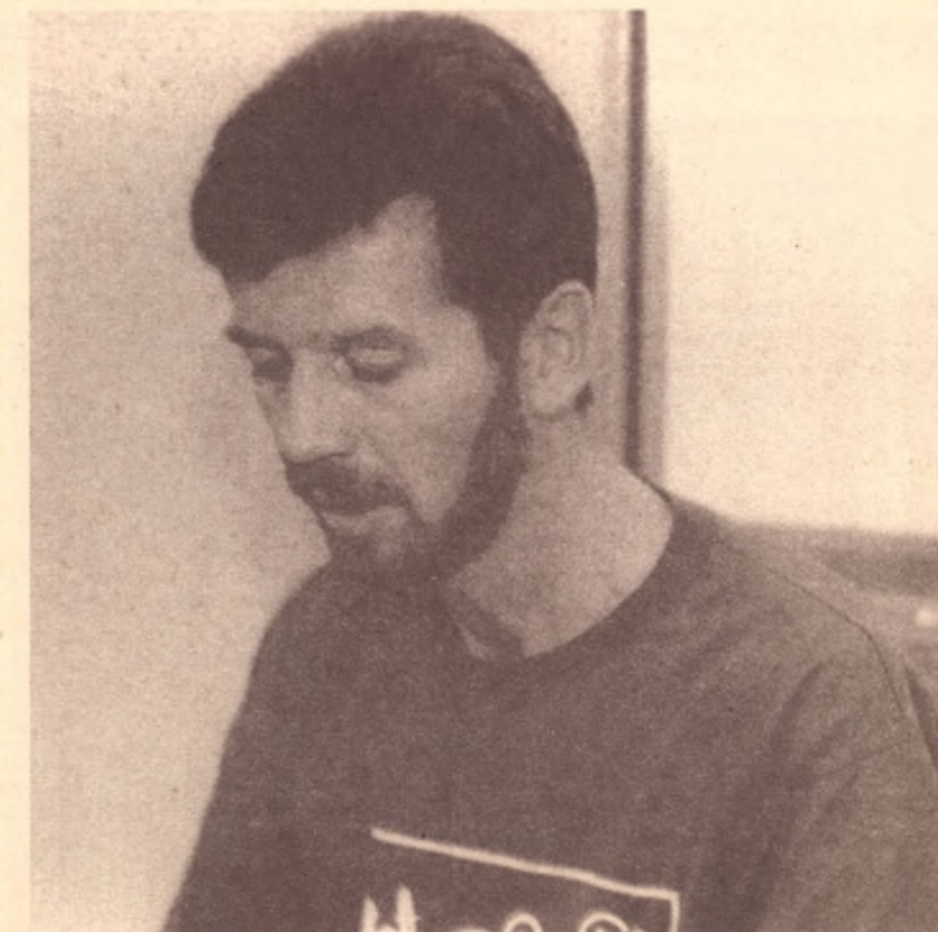
O fato novo mais destacado em favor da revisão foi no entanto criado por Inocêncio de Oliveira e Humberto Lucena. Os presidentes do Senado e da Câmara anunciaram que se preparavam para desfechar uma nova ofensiva em favor de uma revisão ampla, na qual estivessem obrigatoriamente incluídos os temas da Ordem Política e Ordem Econômica.

O movimento baseava-se num casuismo grosseiro. Através de um projeto de resolução do Congresso Nacional, já por eles redigido, Inocêncio e Lucena tentariam prolongar os trabalhos de reforma da Carta, cujo prazo limite estava fixado em 15 de março, para 30 de maio. Iniciada através de decisão cuja constitucionalidade a esquerda segue contestando, a revisão poderia transformar-se, se vingasse o adiamento, num processo interminável. A cada nova dificuldade, bastaria à maioria conservadora que domina o atual Legislativo propor e aprovar em plenário novo projeto de resolu-

PT Polêmica sobre revisão acaba em acordo

A posição do Diretório Nacional do PT sobre a Revisão Constitucional, determinando que sua bancada na Câmara Federal e no Senado não apresentasse emendas e nem participasse das votações, vem gerando polêmica entre a direção do partido e os deputados, desde que ela foi aprovada, no final do ano passado. Na primeira quinzena de fevereiro, o debate esquentou, a partir de declarações críticas à imprensa do líder petista na Câmara, Antonio Fortunati, e da ameaça de alguns parlamentares de não seguir a orientação partidária. Os deputados que divergiam do Diretório Nacional argumentavam que a apresentação de

emendas determinadas e a participação em algumas votações não era contraditória com a posição partidária de procurar impedir de todas as formas a instalação da revisão e, caso ela viesse acontecer, deslegitimá-la. Houve muito pano para manga na imprensa. Mas, enfim, chegou-se a um entendimento. Em reunião realizada em Brasília, no último dia 23 de fevereiro, com a Executiva nacional, os deputados desistiram de prosseguir com a polêmica pública, vão acatar em bloco as orientações de não apresentar emendas nem participar de votações, optando por realizar um debate interno, através de uma nota que será enviada aos filiados do PT.



Antonio Fortunati

ção, estendendo um pouquinho mais o processo.

ARROCHO À FHC

O ministro Fernando Henrique Cardoso foi o terceiro alicerce em que se apoiou a contra-ofensiva conservadora. Ao protagonizar uma reunião-surpresa com o sindicalista Luiz Antônio Medeiros, presidente da Força Sindical, ele confirmou que preparava um forte arrocho de salários, e procurou ganhar o apoio dos setores da direita que ainda hesitavam em apoiar o “Plano FHC-2”.

A decisão da equipe econômica, antecipou Medeiros ao final do encontro, era rebaixar compulsoriamente o valor dos salários à “média” dos quatro meses anteriores à adoção do plano, ao convertê-los de cruzeiros reais para a nova moeda - a URV. Como o ministro não cogitava em obrigar os empresários a redução semelhante, as perdas dos trabalhadores seriam graves e generalizadas. O presidente da Força Sindical, cujo apetite por recursos oficiais é notório, declarou-se satisfeito. afirmou que “foi um bom início de conversa”.

Aparentemente a ofensiva conservadora colecionava vitórias. Julgando-se fortalecido, o ministro Fernando Henrique voltou a afirmar



Inocêncio de Oliveira

que não transigiria: a equipe econômica não autorizaria nenhuma alteração na emenda que criava o FSE. Na frente parlamentar, o senador Lucena procurou desfazer a imagem de que a revisão começava a patinar. Opinou que os contratemplos das semanas anteriores deveriam ser

entendidos apenas como “uma pausa para o Carnaval”.

A HORA DOS SINDICATOS

Eram muito incertas ainda, no entanto, as possibilidades da atropelada revisionista prosperar, especialmente se as forças de esquerda estivessem dispostas em se opor a ela. Ao insistir numa aliança evidente com a direita, o ministro da Fazenda arriscava-se a dar a seu plano econômico caráter ainda mais antipopular.

Já no dia 21 o Dieese passou a calcular as perdas que seriam impostas aos

trabalhadores caso se confirmasse a hipótese de conversão de salários “pela média”. Segundo os primeiros estudos, o mínimo passaria a valer, em fevereiro, apenas o equivalente a CR\$ 30.867,33. Sem conversão o valor seria de CR\$ 42.829,00. A perda estimada era de 28%. Já a

seção do Dieese do Sindicato dos Bancários de São Paulo calculou que as perdas da categoria deveriam ficar em torno de 29,52%.

Entre sindicalistas ligados à CUT houve pronta reação. Fernando Henrique está “brincando com os limites do povo”, disse Gilmar Carneiro, presidente do Sindicato dos Bancários de S. Paulo, ao anunciar que a categoria faria assembleia extraordinária tão logo fosse decretado o Plano. O tesoureiro da Central, Kjeld Jakobsen, revelou que a CUT



faria uma série de reuniões, para decidir uma possível mobilização nacional

contra o arrocho. Um enorme obstáculo estaria colocado nos planos dos revisionistas se, por exemplo, a Central decidisse desencadear um amplo programa de mobilizações contra o “Plano FHC-2” e a revisão.

Antonio Martins

CHICO DE OLIVEIRA FUSTIGA O PT

O coordenador do Cebrap defende a revisão constitucional, vê aspectos positivos no Plano FHC-2 e provoca: "a esquerda precisa esquecer os tabus"

A esquerda brasileira está diante de um paradoxo evidente. Próxima como nunca de chegar ao governo, ela se depara com um amplo leque de polêmicas internas, que dizem respeito aos temas centrais da vida política do país. Que fazer diante da revisão constitucional? Como enxergar o programa de "combate à inflação" através do qual o governo Itamar Franco procura acumular forças para influir nas eleições de 94? Que programa apresentar aos eleitores, e que alianças firmar para chegar à vitória e governar?

A pretexto de refletir esse debate em suas páginas, os grandes jornais lançaram nas últimas semanas uma autêntica campanha de desinformação e chantagens, voltada em especial contra o PT. Apresentam a existência democrática de divergências como prenúncio de um "racha" inevitável. Procuram desqualificar (Pterodáctilos!), acusar a Folha de S. Paulo) todas as teses que implicam ferir os interesses seculares das elites. Insinuam que existe e se aprofunda um abismo entre o candidato do partido à sucessão, o

Lula que dispara nas pesquisas, e a estrutura do PT, que teria se transformado em abrigo de burocratas pré-históricos.

A esta tentativa evidente de manipulação a esquerda não pode contrapor um manto de silêncio. Tornar cada vez mais claras as polêmicas, e abrir espaço para que nelas intervenha um amplo contingente de militantes, é o método que permitirá construir uma unidade mais sólida e mais profunda.

Brasil Agora abre, a partir desta edição, suas páginas a este debate. O diretor-presidente do Cebrap, professor Francisco de Oliveira, é um personagem qualificado para iniciá-lo. Coordenador da Sudene nos anos 60, esteve vinculado ao grupo de economistas que se aproximava das teses sustentadas pela Cepal. Professor de Sociologia na USP, foi também, no início dos anos 80, um dos fundadores do PT. Defende, como se verá na entrevista que se segue, posições distintas das que têm sido sustentadas pelo partido nas polêmicas que têm marcado a vida nacional nos últimos meses.

Todo o país está atento ao plano econômico que o ministro Fernando Henrique prepara. A equipe do ministro é considerada brilhante, mas o que salta aos olhos é a timidez das medidas, e o fato de não atingirem nem as causas nem os setores que se beneficiam da inflação. Como o senhor vê essa contradição?

No meu modo de ver o plano tem aspectos contraditórios. Tem um forte viés liberal. Mas não é um plano não milagreiro, e essa segunda característica é mais importante do que a primeira. A direita e a esquerda reclamam de um plano milagreiro, de impacto. Algo como o ato da criação, antes não havia nada e depois passa a haver. Acho que o plano tem de positivo essa concepção anti-milagreira, e isso deve-se muito à posição e a formação intelectual de Fernando Henrique Cardoso.

"A concepção antimilagreira do Plano FHC é muito positiva"

O Brasil tem a taxa de juros mais alta do mundo, e ela provoca transferências monumentais de riqueza do Estado para os grandes grupos econômicos. O ministro e os seus auxiliares têm insistido que os juros vão subir ainda mais, após o plano. Como o senhor analisa isso?

Faz parte de uma das características, até certo ponto conservadora. O que todos esses planos revelam, no fim das contas, é a perda da capacidade do Estado em ter uma moeda forte. Sendo incapaz de ter uma política monetária, o máximo que ele consegue fazer é reprimir demanda, com uma política de juros altos. Desse ponto de vista a coisa é perfeitamente coerente com o próprio plano, o que não quer dizer que necessariamente seja bom para o país.

Com um objetivo, sempre repetido pelos conservadores, de zerar o déficit público, o plano ataca conquistas históricas dos setores democráticos da sociedade brasileira, como a vinculação do 18% da receita de impostos à Educação. Não haveria uma outra forma de tentar zerar o déficit?

É algo que depende daquilo que a linguagem de esquerda chama correlação de força. O que é incompressível nas receitas, vindo do lado do gasto? É incompressível basicamente o serviço da dívida. Esse é uma variável sobre a qual um governo desse tipo não tem nenhuma capacidade. Como ele não vai abrir o flanco para uma luta contra os agentes econômicos principais, no campo externo e interno, resta cortar onde o orçamento é compressível: no lado das políticas públicas, porque

não são sustentadas abertamente por nenhuma constelação de forças sociais. O governo Itamar não tem força política para fazer algo diferente.

"Não faz sentido um professor se aposentar com 30 anos de serviço"

O ministro da Fazenda insiste em transformar o plano econômico numa espécie de estopim da revisão constitucional. Que perspectivas que o senhor vê para o país se essa revisão se concretizar?

Eu não vejo um horizonte catastrófico, não se trata disso. Acho em primeiro lugar que é preciso olhar de frente algumas questões, não fazer delas tabus que perdem o sentido.

A questão da aposentaria é claramente um direito que se converteu em tabu. As idades para a aposentadoria podem ser revistas, porque a expectativa de vida no Brasil aumentou. Em consequência, a idade mais produtiva das pessoas ampliou-se. Revisar tetos, limites e idade para aposentar, pode ser feito sem infringir nenhum direito social. Não faz sentido que uma professora se aposente com 25 anos, e um professor com 30.

Também é preciso examinar a estabilidade do funcionalismo. Eles tinham um estatuto especial, separado do estatuto dos demais trabalhadores, porque o Brasil era uma república de oligarcas. Quem tinha uma função pública estava sujeito às mudanças nas oligarquias. O estatuto dos funcionários públicos foi das primeiras e mais fundamentais medidas de modernização do Estado brasileiro. Libertou o funcionário da sua dependência das oligarquias locais.

"Com o PT na revisão, seria difícil a direita aprovar suas propostas"

Ora esse estatuto também pode ser revisto, porque agora você tem forças sociais do lado dos trabalhadores que são agentes importantes na agenda política, econômica e social e portanto manter um estatuto especial para o funcionário público faz pouco sentido. Hoje o funcionário não precisa de estatuto especial, ele é um trabalhador como outro qualquer. A esquerda e o PT fazem disso um tabu.

Um terceiro ponto é o das privatizações. Há que distinguir monopólios em que o Estado deve manter uma participação de comando, porque têm alta implicação na formação de preços, e um bando de

empresas que foram jogadas para o Estado para salvar grupos econômicos em perigo. O ponto sobre o qual se deve chamar atenção é o valor da privatizações. É a forma das privatizações. Através dos Fundos de Previdência e do FGTS muitas empresas poderiam ser privatizadas ou dizendo melhor, elas poderiam ganhar um estatuto público, deixar a condição de estatais e ganhar um estatuto público. São fórmulas criativas, porque transformamos patrimônio estatal em empresas de caráter público, de propriedade também de trabalhadores - não só de trabalhadores, não façamos ilusões. Fora isso, há um monte de empresas, de hotelaria, de editoras, de gráficas, que o Estado assumiu simplesmente para salvar grupos falidos, e não têm por que continuarem a ser estatais.

No caso da revisão constitucional, não estão em debate os hotéis, ou as pequenas fábricas do Estado. E quem propõe a quebra dos monopólios não são os fundos de pensão?

Os fundos de pensão são muito ativos, formam os principais compradores. Só que isso deveria ser melhor regulamentado. Porque senão o fundo de pensão acaba comportando-se como um proprietário privado qualquer.

O governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, disse há duas semanas, que é importante limitar, através da revisão, os poderes de um provável governo de esquerda. O senhor acha democrático, faltando 6 ou 7 meses para as eleições, que o Congresso, que reflete mais ou menos a correlação de forças do governo Collor, revise a Constituição?

A revisão não deveria ser encarada sobre esse prisma. Para responder de frente à sua pergunta, eu acho que é correto. A gente não pode começar a por casuísmos dentro da questão democrática. O PT se enfrenta com essa questão indo para a revisão, ou então vai ser tragado por ela. Não há nenhum outro caminho.

O Congresso foi eleito sob impulso do carisma messiânico, destrutivo do Collor. Mas nós não podemos chamar esse Congresso de ilegítimo. Nós não podemos dizer que qualquer Congresso eleito sobre o impulso de uma liderança vai ser ilegítimo na medida que essa relação de forças mudar. É preciso lembrar, aliás, que no próximo Legislativo o PT e outros aliados de esquerda não serão ser majoritários.

É evidente que nós sabemos quais são os alvos da revisão constitucional. Mas lutar contra essas

medidas exige participar da revisão constitucional, porque do contrário ela será feita apesar de nós e contra nós. Com o PT atuando dentro é muito difícil fazer passar certos objetivos que estão no Programa do PFL, do PPR, e até mesmo em algumas fatias do PMDB e do PSDB. Com os deputados do partido incapazes de tomar qualquer decisão e de fazer qualquer coisa, o PT criou paradoxalmente a melhor situação para a direita: a pior forma de enfrentar a Revisão Constitucional é essa que o PT adotou, a tática da avestruz.

A imprensa vem dando ao programa preliminar de governo do PT. Ataca em especial a possível suspensão do pagamento da dívida externa, a revisão das privatizações, a referência aos objetivos socialistas de um governo do Lula. O que o senhor acha desse esboço do programa e da reação que ele tem encontrado?

Confesso que não li o esboço do programa porque estava fora de São Paulo e me escapou. Quanto ao socialismo, penso que o PT tem todo o direito de incluir medidas que acha que seja de transição para uma sociedade socialista.

No capítulo das privatizações acho também que tem todo direito de incluir revisões de privatizações que tenham sido danosas ao tesouro público e que propiciem a formação de cartéis monopólios nas mãos da iniciativa privada.

"A concepção que César Benjamin expôs é resquício militarista"

O que eu não gosto realmente - não no programa, porque eu não vi, mas numa entrevista do César Benjamin - foi o tratamento à questão militar. Discordo, frontal e radicalmente. Sinto um cheiro muito perigoso de militarismo, algo que continua presente em parte da militância do PT. Essa concepção militarista está passando para a questão das Forças Armadas.

Aí o meu desgosto é profundo. Vejo a tentativa de fazer das Forças Armadas uma espécie de epicentro sobre o qual gira o desenvolvimento econômico do país. Isso é um mar-

xismo vulgar. A expansão militar teve certamente papel inegável na expansão capitalista. Mas ao PT cabe fazer um programa oposto a isso. Primeiro, porque esse contrabando de concepção militarista para o partido cheira a nacional-socialismo. Fincar um programa de socialismo com base no poder militar é extremamente perigoso, e eu não recuso a palavra forte. Em segundo lugar porque é uma ilusão nós pensarmos que nós vamos conseguir algum grau de potenciação tecnológica através das Forças Armadas, copiando histórias do desenvolvimento capitalista dos últimos 500 anos. O correto é financiar meios de expansão tecnológicos para fins imediatamente civis. Todos os países asiáticos fizeram isso. Colocar as Forças Armadas como epicentro de um programa de desenvolvimento é o

contrário do que um partido com vocação socialista deve fazer.

O senhor é um dos fundadores do PT, um homem que participou de boa parte das polêmicas principais da esquerda brasileira nos últimos anos e que vê agora a possibilidade do PT e do Lula chegarem ao governo. Que tipo de programa esse governo devia sustentar e que tipo de alianças ele devia compor?

"O PT precisa meter em sua cabecinha que não representa a totalidade"

Começo pela parte mais fácil, as alianças. O PT precisa meter na sua cabecinha que partido nenhum

representa a totalidade. O PT sabe disso porque ele não pretendeu representar a burguesia, e se faz diferente na estrutura partidária brasileira. Mas o PT não pode ter a pretensão de representar toda a estrutura social do Brasil que não é burguesa. Nenhum partido compõe esse arco, e quem tem essa pretensão é levado inevitavelmente a concepções totalitárias. Portanto é preciso estar aberto a alianças: não só para ganhar eleições, mas por razões de tipo mais estrutural, ligadas à transformação mais profunda da sociedade brasileira. Esta não é tarefa de um único partido. É preciso estar aberto para alianças para buscar a governabilidade. Essa governabilidade vai no sentido de dizer que é preciso compor um arco de forças capazes de representar a sociedade brasileira, que é muito complexa para ser dividida em ricos e pobres.

O programa seria deve ser algo que esteja atento a essa estrutura social complexa, em mutação. É preciso estar aberto para essa complexidade e conduzir um programa que seja uma espécie de plataforma desse arco de forças. Isso imporá ao PT um programa aquém da postura e posicionamento de um partido socialista. Por outro lado obriga também o partido a incluir no programa aquilo que ele considera que é parte de um programa socialista.

Penso que a complexidade da sociedade brasileira atual é um dado a favor. Uma estrutura complexa, uma sociedade diversificada é mais rica para uma sociedade socialista do que uma estrutura simplificada. A diversificação é uma riqueza da qual o PT é a própria expressão. Ele não poderia ter surgido se essa estrutura social não fosse tão rica quanto é - uma sociedade com muita pobreza, mas muito diversificada. Uma sociedade onde a pobreza não aceita ser pobreza, A gente poderia tomar o tema do Joãozinho Trinta: quem gosta de miséria não é povo, é intelectual.

Antonio Martins



Oliveira: " concepção militarista cheira a nacional socialismo



"A Folha de S. Paulo está fazendo onda", foi dessa forma que Marco Aurélio Garcia, coordenador do Plano de Governo do PT, qualificou as últimas matérias publicadas por este jornal, a respeito das propostas de Lula para o Brasil. A divulgação do plano, considerado um "furo jornalístico e um serviço prestado aos leitores", como os repórteres responsáveis escreveram na página "Tendências & Debates", rendeu artigos e mais artigos do prestigioso diário paulista.

Sempre empenhado em provocar polêmicas, o jornal desdobrou de mil maneiras o mesmo assunto. O tema eleito desta vez foi a moratória da dívida externa que, segundo a Folha, corresponderia à posição "atrasada" do PT sobre os débitos internacionais do Brasil. O problema é que, segundo Marco Aurélio, o PT sequer utiliza este termo. "Usamos a palavra suspensão", diz ele.

A reunião do dia 17 de fevereiro da Executiva Nacional alterou, apenas o último parágrafo do texto que prevê uma "auditoria minuciosa". Em substituição foi colocada a seguinte frase: "o governo se reserva o direito de medidas unilaterais que incluem a suspensão dos pagamentos da dívida". A votação desta retificação foi majoritária, e contou com o voto de Marco Aurélio Garcia e Aloízio Mercadante.

Não faz sentido, então, as declarações atribuídas a Lula que o deputado Aloízio Mercadante reformaria o plano de governo, porque havia uma "divergência" sobre a dívida externa. O programa de governo antecipado pela Folha só sofreu essa modificação, no que diz respeito a questão da dívida externa, durante a reunião. Fica difícil de entender, como é então possível fazer tanto estardalhaço com uma mudança tão pequena. Gilberto Dimenstein e Josias de Souza só esqueceram de esclarecer, no artigo da página 3 que escreveram qual o tipo de serviço que a Folha presta ao seu leitor: informação, ou confusão. Ou se ela deseja tão somente alimentar a "crise" dos outros - do PT, preferencialmente.

A.C.

Do Iapoque ao Chuí. Das águas do gigante Amazonas aos Pampas Gaúchos, Lula e acompanhantes conversam com muita gente e têm a oportunidade de conhecer as inúmeras e diversas realidades brasileiras. Por onde a Caravana passa causa debates e polêmicas.

Enquanto, a Folha de São Paulo, na contra-mão dos fatos, investe em mesquinhas para tentar minar a candidatura Lula, pessoas sem vinculação com o partido querem discutir e conhecer o programa petista. É o que afirma, Marco Aurélio Garcia, coordenador do programa de governo do partido: "Há muita gente querendo conhecer às nossas propostas".

Marco Aurélio Garcia participou do início da Caravana pelos estados do sul do país - no primeiro final de semana, dias 20 e 21 - e pôde testemunhar "momentos grandiosos", como relatou ao Brasil Agora. A primeira etapa da viagem começou no Rio Grande do Sul.

Em Livramento houve um grande

Ato pela Integração Latino-Americana. De acordo com Garcia, no comício estavam presentes cerca de cinco mil pessoas. Um dos pontos altos foi a participação de integrantes da Frente Ampla (Uruguai), três senadores e quatro deputados, além de militantes, que lotaram oito ônibus. Livramento é uma cidade fronteira com o Uruguai. "O comício ocupou o lado uruguaio", lembrou Garcia.

Arrozeiros

Em Uruguiana, o encontro foi com os produtores de arroz. O debate foi presidido pelo prefeito da cidade, do PPR. Lula abordou o assunto genericamente. Entretanto, José Graziano, responsável pelo setor de política agrária do programa do PT explicou, a política prevista: crédito para os pequenos e médios agricultores, penalizados pelas importações. O arroz importado entra com preços subsidiados e concorre com o nacional. Os arrozeiros manifestaram interesse em participar da Campanha Contra a Fome.

Em Alegrette, já no dia 20, aconteceu outro debate - em um teatro da cidade - com capacidade para 800 pessoas. As cadeiras estavam todas ocupadas e havia várias pessoas estavam no chão. O prefeito do município é do PDT. Segundo,

Garcia, dos 1000 convites distribuídos, o PT só teve direito a 400, portanto o público majoritário não era petista. Estavam presentes os membros da Associação Comercial, sindicalistas e empresários.

Votos pra Lula

O evento foi transmitido por uma rádio que alcança 30 cidades próximas. Na cobertura jornalística, quando os repórteres perguntavam às pessoas se votariam em Lula, a resposta de muito delas foi afirmativa, alegando a identificação com o programa.

Marco Aurélio Garcia ficou entusiasmado com a primeira parte da Caravana: "em todos os lugares, a recepção foi absolutamente calorosa". Lula obteve, em 1989, no primeiro turno das eleições cerca de 4,5% dos votos, no Rio Grande do Sul. A previsão é de um aumento na votação esse ano, exatamente pela divulgação das propostas e a possibilidade das discussões.

A Caravana está entrando, agora em uma fase de "pique total". Depois do Rio Grande do Sul os viajantes seguem para os estados de Santa Catarina e Paraná. Deve terminar no dia 3 de março.

Adelia Chagas

Sem-terra fazem nova ocupação em São Paulo

Tudo aconteceu rapidamente e sem conflitos. Na madrugada de 19 de fevereiro uma centena de famílias de trabalhadores rurais sem-terra ocupou no município de Tremembé (SP), uma área de 1321 hectares, conhecida como Horto da Petrobrás, no Vale do Paraíba. Aramaram barracas, fincaram a bandeira do Movimento dos Sem-Terra, e deram início aos preparativos para fazer de um mal-cuidado reflorestamento de eucaliptos uma fazenda capaz de produzir alimentos.

É a primeira ocupação de terra conhecida na história recente do Vale do Paraíba, região conservadora, a última a libertar os escravos. A União Democrática Ruralista (UDR), entidade representativa dos latifundiários, está presente na região. E não existem no Vale do Paraíba sindicatos de trabalhadores rurais filiados a CUT, embora o movimento sindical urbano seja forte nas cidades mais industrializadas.

A área ocupada foi desapropriada pela União em 1950, para sediar um projeto de industrialização de xisto



Inércia do governo força ocupações

betuminoso. Porém, o governo mais tarde mudou de idéia e implantou o projeto em São Mateus do Sul (PR). Desde então, a área passou a servir para o plantio de eucalipto. A Petrobrás também vinha permitindo a pecuaristas a entrada de gado, e autorizou a Prefeitura de Tremembé a depositar no local o lixo da cidade.

Segundo os sem-terra, a produção de eucalipto está reduzida

hoje a menos de 50%. "A área é improdutivo, deve estar dando prejuízos para a Petrobrás, e o eucalipto estraga a terra", dizem os trabalhadores rurais. Eles pretendem cobrar do Inkra e das Petrobrás a garantia de imediato assentamento no local.

Na manhã do primeiro dia de ocupação, a polícia compareceu para negociar a entrada dos caminhões de lixo e a integridade das cabeças de gado.

Os sem-terra liberaram o trânsito de uns e outros, mas avisaram que pretendem obter junto ao prefeito a transferência do lixo. A conversa foi tranquila: o delegado se solidarizou com os sem-terra. Pode ter sido jogo de cena, mas é uma boa notícia numa cidade cujo prefeito se chama Messias Paredão, e o vice, Metralha.

Desde os primeiros momentos, os sem-terra receberam amplo apoio do PT, PSTU e dos sindicatos de petroleiros, metalúrgicos, jornalistas (todos de São José dos Campos) e químicos (de Jacareí). Se tudo correr bem, a partir da primeira semana já estarão plantando hortaliças e, quem sabe, feijão. A terra é ótima.

Marcos Soares
de Tremembé

NÃO BASTA DIZER "O PETRÓLEO É NOSSO"

TEM QUE SABER O QUE VAI
ACONTECER SE O PETRÓLEO
PASSAR A SER DELES...



Muita gente que lê este jornal sabe que o petróleo não pode ficar nas mãos das multinacionais. Mas tem muito mais gente que não lê este, nem nenhum outro jornal, que não compreende nada desta história de "soberania nacional"...

A quebra do monopólio estatal do petróleo tem conseqüências imediatas sobre nossa economia. Por exemplo: a definição dos preços ao consumidor do gás de cozinha, do óleo diesel, do óleo industrial e da gasolina pode deixar de ser uma atribuição do governo federal. E passar para as mãos da Esso, da Shell, da Texaco.

Aí sim, o peso desta decisão vai acabar no bolso de todo leitor ou não leitor de jornal...

**FEDERAÇÃO ÚNICA
CUTISTA / PETROLEIROS**

CUT

**COMITÊ EM DEFESA
DO MONOPÓLIO
ESTATAL DO PETRÓLEO
E DA PETROBRÁS**



**MOVIMENTO
EM DEFESA
DO SISTEMA
PETROBRÁS**

É DO POVO, NÃO SE ENTREGA.

PARA APOIAR ESTA LUTA DISQUE: Mauá (011) 450-5322, SP (011) 255-4972, SJC (0123) 29-7188, Santos (0132) 34-5964, Campinas (0192) 41-6144

ACORA

África do Sul

UMA PERGUNTA PARADA NO AR

O repórter Marco Piva presenciou, em fevereiro, o esforço da população sul-africana para superar o ódio gerado por 43 anos de apartheid. E viu também o resultado de três anos de guerra civil na Somália (página ao lado), relegada ao esquecimento pela mídia internacional.



A paz é aparente em Joanesburgo

O que vai acontecer com a África do Sul depois das eleições na última semana de abril? Esta é a pergunta que todos fazem mas ninguém se arrisca a responder. Do Congresso Nacional Africano (CNA), provável vencedor do pleito, ao Partido Nacional, do atual presidente Frederik De Klerk, a sensação é de expectativa. Depois de 43 anos de ódios e rancores acumulados por causa do apartheid, a transição é uma operação complexa para uma sociedade que somente agora vai iniciar a construção de um país multirracial.

Nas ruas, de Joanesburgo, vive-se uma paz aparente, que não lembra em nada a tradicional vibração dos períodos eleitorais. Respira-se política 24 horas por dia, mas são poucos os que assumem publicamente suas posições. Esse cenário mostra uma desconfiança generalizada, que se expressa na média de suas mortes diárias em função da violência política. Os partidos recorrem à troca de acusações e, no final, ninguém fica sabendo ao certo quem matou quem.

Trajectoria incomun

Oficialmente, dezessete partidos podem concorrer às eleições que vão eleger um presidente, um Congresso Constituinte e nove assembleias regionais. Nelson Mandela, deve

confirmar nas urnas uma trajetória incomum: sai da prisão, onde passou 27 anos de sua vida, direto para a presidência. O CNA detém, segundo diferentes pesquisas, 65% das intenções de voto e, se quiser, poderá escrever sozinho a nova Constituição. Em segundo lugar, bem distante, vem o Partido Nacional, com 17%, e, em terceiro, o Inkhata, movimento político dos Zulus que reivindica um território autônomo e deve conquistar 7% dos eleitores, embora não tenha confirmado ainda sua participação.

Apesar do favoritismo, o CNA vai se defrontar com um problema legal, pelas regras do jogo, todo partido que obtiver mais de 5% dos votos terá direito a participar do executivo. O objetivo é garantir a unidade nacional. Por esse raciocínio, apenas esses três partidos estarão representados no futuro



Marcos Piva viaja pela África

governo. Justamente os três que vivem de desconfiança mútua.

Ódio de cor

O Inkhata é um grupo bem violento, certamente o responsável pela maioria das mortes de militantes do CNA. Isto passa para o mundo a imagem de que antes mesmo de os brancos passarem o bastão, os negros já se matam entre eles. Fazendo coro com os Zulus na reivindicação de um estado autônomo, estão dois partidos da extrema-direita branca, o Partido Conservador e o Movimento de Resistência Afrikaner, acusados de arquitetar o assassinato do secretário-geral do Partido Comunista, Chris

Hani, em maio do ano passado. Sabe-se que patrocinam grupos paramilitares, mas a polícia, ainda comandada por brancos, finge que o assunto não é com ela.

Inimigos comuns

A balança da estabilidade repousa nas mãos de dois inimigos históricos, que

o Prêmio Nobel da Paz teve a proeza de juntar. De Klerk, tenta segurar seus radicais, insistindo que o apartheid foi superado por um novo momento histórico, na qual, a livre iniciativa e o poder econômico estão garantidos para os brancos, Mandela, por sua vez, deseja passar uma imagem confiável, de estadista que soube se adaptar aos novos tempos. Já não é mais o extremista que foi para a prisão por defender a luta armada contra o apartheid. Negocia com os donos dos seis oligopólios que controlam o país, com a mesma desenvoltura com que participa de um comício do CNA. Lançou um programa de Reconstrução e Desenvolvimento, que prega a paz e a criação de mais empregos (40% da população negra está sem trabalho, ou, vive da economia informal). Sem dúvida, objetivos modestos para a expectativa de 30 milhões de negros, que lutaram mais de quatro décadas para se livrar de um regime de semi escravidão.

Extremos

Quem fatura pelas bordas com a moderação de Mandela é o Congresso Panafricano, uma organização de extrema-esquerda que ressuscitou Malcom X da tumba ao pregar o poder total aos negros. Para conseguir isso, não mede esforços - em atentados e conchavos. Em dezembro do ano passado, um grupo panafricanista invadiu um bar fre-



Mandela perdeu o ar extremista

quentado por intelectuais e universitários da Cidade do Cabo e matou cinco pessoas, entre brancos e negros. Em janeiro, lá estava o presidente do partido fazendo um acordo com os Zulus que, por outro lado, estão afinadíssimos com os extremistas brancos.

Entre um incêndio e outro, De Klerk e Mandela se reúnem rotineiramente para avaliar os rumos da transição. Depois cada um conta o que quis entender dessas conversas. Enquanto isso, as ruas de Joanesburgo continuam limpas, como se nada estivesse acontecendo. Uma estanha limpeza que deixa uma pergunta parada no ar.

Marco Piva,
da África do Sul.

Vera Coutinho



Somália

A GUERRA ESQUECIDA

A viagem para a Somália começou com uma certeza: a de que não havia nenhuma garantia de volta. Pelo menos no mesmo dia. Afinal, trata-se de um país sem governo onde tudo pode acontecer. Além disso, a mídia internacional está hoje muito mais interessada no conflito da Bósnia do que nesta guerra civil que dura três anos, matou cerca de 35 mil pessoas e provocou o êxodo de 20% da população de 5,8 milhões de habitantes. Desnecessário, portanto, visto de entrada. Só o de saída, do Quênia, onde embarcamos num monomotor em direção a Saco Uen, no sul da Somália.

Como companheiros de viagem dois norte-americanos, Russel Wolford e John Farmer, e o inglês Frank Brown, um veterano piloto acostumado a missões perigosas. Russel e John são responsáveis pelos trabalhos da Food for the Hungry na Somália. Eles fazem com o coração aquilo que seus compatriotas teimam em fazer com as armas: promover a esperança. A organização distribui alimentos, remédios, sementes e mantém um posto de saúde com médicos e enfermeiros voluntários.

Depois de duas horas e meia de voo, a paisagem muda completamente. A vegetação espessa do Quênia cede lugar a uma região desértica, pontilhada de arbustos baixos e secos. Avistamos Saco Uen, um vilarejo às margens do rio juba, que pulou de 1 mil para 30 mil habitantes desde o início do conflito. O capitão Brown dá três voltas ao redor da pista para se certificar que o pouso pode ser feito com tranquilidade.

Deu no New York Times

Cinco jovens armados com metralhadoras chinesas AK-47 são encarregados da nossa segurança. Dois vão cuidar do avião e do piloto, enquanto os outros acompanham a mim e aos dois norte-americanos. Russel justifica as armas. O depósito de sua organização estoca aquilo que existe de mais importante num conflito: alimentos, remédios e combustível.

Concordo com ele nos primeiros duzentos metros do caminho, até a sede da entidade. Prédios e casas em ruínas, postes caídos e veículos queimados são sinais de que a sobrevivência se mede pelo poder de fogo dos 14 clãs que lutam pelo

Vera Coutinho



A melhor tática é apostar na paz

controle do país. Depois que o presidente Siad Barre fugiu para a Etiópia, em março de 91, a Somália tornou-se objeto de uma disputa tribal que os olhos ocidentais não podem entender. Cada clã tem um líder, chamado de "Senhor da Guerra" e dirige uma parte do território. Ora aliados, ora adversários, os clãs querem o domínio absoluto.

A dissolução de um exército, antes controlado com mão-de-ferro por Siad Barre, gerou bandos rivais e uma guerra civil que ganhou a primeira página do New York Times, em outubro de 92. Somente após a reportagem, é que os Estados Unidos pressionaram a ONU para intervir na Somália. Inventaram, então, a operação "Restauração da Esperança", que consumiu até agora 1,5 bilhão de dólares da comunidade internacional na manutenção de um exército que chegou a 30 mil homens e a resultados píftios. De concreto, conseguiu apenas transformar o general Mohamed Aideed, um dos "senhores da guerra", em herói

nacional e contabilizar mais de uma centena de mortos em suas fileiras.

Nova Tática

Homens como Russel e John acreditam numa solução doméstica do conflito. Por isso, decidiram arregaçar as mangas e ajudar as vítimas da guerra. Como eles, centenas de pessoas de diferentes nacionalidades fazem a mesma aposta. O governo norte-americano, percebeu que a intervenção armada não produziu o efeito esperado e está tirando o time de campo. A ONU, por sua vez, vai investir este ano 100 milhões de dólares nas organizações de ajuda humanitária. Ao mesmo tempo, estimula a retirada gradual das tropas internacionais para facilitar o diálogo interno.

No final de janeiro, a nova tática permitiu que líderes de 12 clãs voltassem à mesa de negociações pela segunda vez em Addis Abeba, capital da Etiópia. A idéia é, implementar uma agenda de paz que garanta o cessar-fogo, a instalação de

um governo provisório, com representantes de todos os grupos políticos e a retomada dos serviços públicos. À comunidade internacional, caberia um acompanhamento militar de acordo e o apoio a um plano de distribuição de alimentos e de retorno da atividade produtiva.

Macarrão e ovo

Enquanto isso não acontece pra valer, os habitantes de Saco Uen, saúdam a presença de estrangeiros que estão lá para ajudar, e não para atrapalhar. A Food for the Hungry, recuperou dois prédios públicos praticamente destruídos e instalou neles sua base operacional. Onde antes estava a prefeitura funciona agora o posto de saúde. Até o mês passado, tinham sido atendidos 650 civis feridos e 845 casos de malária. Para diminuir o impacto da fome, a entidade já distribuiu 21 toneladas de comida e sementes.

No único restaurante que sobrou, fazemos a refeição possível: macarrão e omelete servidos com a mão, e uma coca gelada a 4 dólares a latinha. Na cozinha, pratos e talheres são lavados com a mesma água não se sabe há quanto tempo. O proprietário, Jeylani Awmon, conhecido por "Big Man", graças a sua estatura fora do padrão somali, é um tipo simpático e bonachão que possui a habilidade de se relacionar com todos. Talvez por isso seu estabelecimento nunca tenha sido saqueado. Recentemente, ele comprou um gerador de energia, o que lhe garante um status de "quase rei" e a possibilidade de oferecer um refrigerante gelado numa temperatura de 45 graus. Grande "Big Man" !

Hora de voltar

O capitão Brown, que não saiu do avião o dia inteiro, sorri ao ver que estou são e salvo. Digo que o perigo não foi tanto assim. Russel e John vão permanecer mais dias em Saco Uen. Olho para as pessoas que foram se despedir de mim e sinto que elas torcem secretamente para que eu fique. Até aquele momento, acreditava que eles é que desejavam sair dali. Na verdade, certas opções, exigem uma coragem muito superior àquela que imaginamos ter. O avião decola.

Marco Piva,
da Somália.

SELVAGERISMO CAPITAL

MATILSONI

E CHEGAMOS AO CAOS.
EM MEIO A PEITOS, TOPÉTES
E AUSÊNCIA DE CALCINHAS,
O PAÍS DEGRINGOLA.



QUAL A CHACINA DO DIA?
AS EXECUÇÕES SÓ
OBEDECEM A UMA LÓGICA:
ACONTECEREM ANTES DAS
OTTO PARA DAR TEMPO
DE SAIR NO JORNAL
NACIONAL.



BANDOS DE "SKINHEADS"
E GANGS BABONAS
ESPALHAM-SE PELOS BECOS.



O TRÁFICO DE IGREJAS
UNIVERSAIS QUE SÓ
EXISTEM POR AQUI
TOMA CABEÇAS E VALORIZA
CABAÇOS.



A MISÉRIA ABSOLUTA E A
RIQUEZA ABSOLUTA PRECISAM
UMA DA OUTRA PARA
JUSTIFICAR SUAS EXISTÊNCIAS.



MAS HÁ UM PERIGO.
A SITUAÇÃO PODE
COMEÇAR A SE CIVILIZAR.



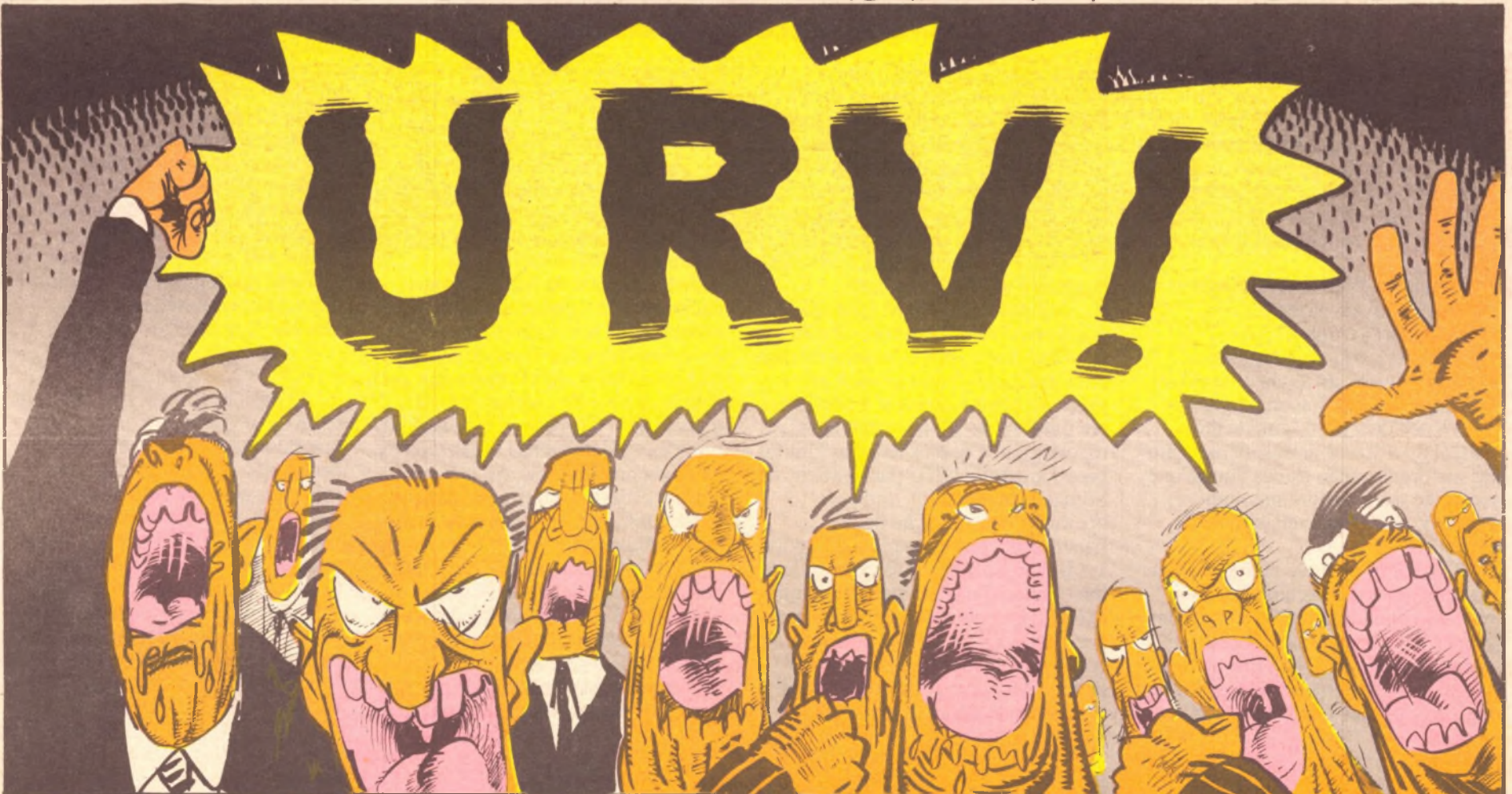
MAS A FIGURA JURÍDICA
NÃO COLA. ENTÃO AS
CABEÇAS PENSANTES DOS
HOMENS FINOS DESTA
PAÍS PÕEM-SE A
TRABALHAR.



E QUANDO ESTE
PALAVREADO SOFISTICADO
CONSEGUE SER
SINTETIZADO NUM ÚNICO
BRADO, OUVI-SE UMA
PRECE DESSA
GENTE AUDAZ,...



...É O GRITO PRIMAL E GUTURAL DE NOSSA ELITE PRONTA PARA DAR O BOTE!



VALE LEMBRAR: CAPITALISMO SELVAGEM SEM RUGIDO NÃO É CAPITALISMO SELVAGEM.